

01. A associação "BETA" foi dissolvida, sendo que o remanescente do seu patrimônio, após deduções legais, encontra-se sem destinação, porque não há no Município ou no Estado de sua sede, instituição com fins idênticos ou semelhantes; bem como não há designação a respeito no estatuto. Dessa forma, o patrimônio restante, de acordo com o Código Civil, será destinado à:
- Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União;
  - Fazenda do Estado, do Distrito Federal, da União ou do Município;
  - Fazenda Municipal apenas;
  - Fazenda do Estado ou do Distrito Federal apenas;
  - Fazenda da União apenas.
02. Quanto aos bens, assinale a alternativa INCORRETA;
- Não dispondo de lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
  - Consideram-se imóveis para o direito à sucessão aberta.
  - Não perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
  - Consideram-se imóveis, para os efeitos legais, os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
  - Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.
03. A pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários prescreve em:
- um ano
  - dois anos
  - três anos
  - quatro anos
  - cinco anos
04. De acordo com a classificação dos bens, os "reciprocamente considerados" podem ser:
- públicos ou particulares;
  - fungíveis ou infungíveis;
  - principais ou acessórios;
  - móveis ou imóveis;
  - divisíveis ou indivisíveis.
05. Quanto ao direito das obrigações, assinale a alternativa INCORRETA.
- A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela, embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
  - Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
  - Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor.
  - Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.
  - Na obrigação de dar coisa incerta, antes da escolha, poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa.
06. Quanto ao pagamento, assinale a alternativa INCORRETA.
- O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda que seja provado depois que não era credor.
  - Considera-se autorizado a receber o pagamento o portador da quitação, qualquer que seja a situação.
  - O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.
  - O devedor que paga tem direito à quitação regular e pode reter o pagamento, enquanto ela não lhe seja dada.
  - A entrega do título ao devedor firma a presunção do pagamento. No entanto, ficará sem efeito a quitação, assim operada, se o credor provar, em sessenta dias, a falta do pagamento.

07. Considere os seguintes bens: navios e aeronaves; bens imóveis; pedras e metais preciosos e percentual do faturamento de empresa devedora.  
Com base nessas informações, assinale a alternativa que aponta a ordem de penhora instituída pelo Código de Processo Civil.
- a) Bens imóveis; navios e aeronaves; pedras e metais preciosos e percentual do faturamento de empresa devedora.
  - b) Pedras e metais preciosos; bens imóveis; navios e aeronaves e percentual do faturamento de empresa devedora.
  - c) Pedras e metais preciosos; bens imóveis; percentual do faturamento de empresa devedora e navios e aeronaves.
  - d) Bens imóveis; pedras e metais preciosos; navios e aeronaves e percentual do faturamento de empresa devedora.
  - e) Bens imóveis; pedras e metais preciosos; percentual do faturamento de empresa devedora e navios e aeronaves.
08. Sobre a Lei 12.322/2010, que alterou vários dispositivos do recurso de Agravo, aponte a alternativa INCORRETA.
- a) Os embargos à execução serão distribuídos por dependência, autuados em apartado e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, que poderão ser declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
  - b) Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 10 (dez) dias, devendo o agravante interpor um agravo para cada recurso não admitido.
  - c) Da decisão do relator que não conhecer o agravo, negar-lhe provimento ou decidir, desde logo, o recurso não admitido na origem, caberá agravo, no prazo de 5 (cinco) dias, ao órgão competente.
  - d) No Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, o julgamento do agravo obedecerá ao disposto no respectivo regimento interno, podendo o relator não conhecer o agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada.
  - e) Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo o agravante interpor um único agravo para cada recurso não admitido.
09. O perito e o assistente técnico poderão prestar esclarecimentos em audiência. Para que estejam obrigados a prestá-los devem, obrigatoriamente, ser intimados com quantos dias de antecedência da audiência?
- a) 3 (três)
  - b) 5 (cinco)
  - c) 10 (dez)
  - d) 15 (quinze)
  - e) 20 (vinte)
10. Sobre os embargos de declaração, no procedimento ordinário, assinale a opção INCORRETA.
- a) A sua interposição não suspende o prazo para a interposição de outros recursos.
  - b) Podem ser interpostos contra decisões interlocutórias.
  - c) A sua interposição suspende o prazo para a interposição de outros recursos.
  - d) Excepcionalmente, possuem efeitos modificativos.
  - e) Não estão sujeitos a preparo.
11. Sobre os títulos executivos judiciais, assinale a INCORRETA.
- a) A sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que inclua matéria não posta em juízo.
  - b) O acordo extrajudicial, de qualquer natureza, homologado judicialmente.
  - c) A sentença estrangeira, homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
  - d) O crédito de serventuário de justiça, de perito, de intérprete ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.
  - e) A sentença arbitral.

12. Sobre a Lei 8.666, assinale a alternativa INCORRETA.
- a) Em processo licitatório, não será utilizado como critério de desempate o fato dos bens produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
  - b) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
  - c) Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
  - d) Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras poderão, mediante prévia justificativa da autoridade competente, exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da administração pública ou daqueles por ela indicados a partir de processo isonômico, medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não, na forma estabelecida pelo Poder Executivo federal.
  - e) Estão subordinados ao seu regime, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
13. De acordo com a Lei n. 8.666/93, é dispensável a licitação, EXCETO em que condição?
- a) Na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.
  - b) Na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.
  - c) Na aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, necessariamente justificadas quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo Comandante da Força.
  - d) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
  - e) Na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica - ICT - ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.
14. Um servidor público municipal estável foi demitido após processo administrativo disciplinar. Inconformado com a decisão, ajuizou uma ação em que requereu a anulação da decisão administrativa, que foi julgada procedente, transitando em julgado. Nos termos da Lei n. 8.112/90, a fim de que o servidor retorne a seu cargo de origem, ainda existente, a decisão judicial deverá determinar sua:
- a) readaptação
  - b) reintegração
  - c) reversão
  - d) recondução
  - e) disponibilidade
15. O ato administrativo que contenha vício insanável de legalidade:
- a) deve ser anulado, com efeito retroativo;
  - b) pode ser revogado, com efeito retroativo;
  - c) pode ser anulado, com efeito *ex nunc*;
  - d) pode ser anulado, respeitando o direito adquirido;
  - e) deve ser revogado, respeitando o direito adquirido.

16. Uma das características do ato administrativo é a presunção de legitimidade. No entanto, pode ocorrer que o ato provoque efeitos favoráveis aos seus destinatários, embora eivado de vício insanável de legalidade. Dessa forma, a Administração tem o direito de anulá-lo, em que prazo?
- Enquanto não produzir efeitos.
  - No prazo decadencial de 5 anos.
  - A qualquer tempo.
  - No prazo prescricional de 10 anos.
  - No prazo decadencial de 2 anos.
17. Quanto ao Poder Disciplinar, assinale a alternativa correta.
- É um poder totalmente vinculado.
  - É um poder totalmente discricionário.
  - É um poder vinculado na verificação da falta disciplinar e discricionário na decisão de processamento da mesma.
  - É um poder discricionário na verificação da falta disciplinar e vinculado na decisão de processamento da mesma.
  - É um poder totalmente discricionário para aplicação da sanção.
18. O contrato administrativo pelo qual a Administração confere ao particular a execução remunerada de serviço público ou obra pública, ou lhe cede o uso de bem público, para que o explore por sua conta e risco, pelo prazo e nas condições regulamentares e contratuais, que classificação recebe?
- Contrato de fornecimento.
  - Contrato de gestão.
  - Contrato de obra pública.
  - Contrato de serviços.
  - Contrato de concessão.
19. Qual a teoria que responsabiliza o Estado pelos danos que seus agentes causarem a terceiros sem admitir qualquer excludente de responsabilidade?
- Teoria Objetiva.
  - Teoria Subjetiva.
  - Teoria do Risco Integral.
  - Teoria da Irresponsabilidade.
  - Teoria da Falta do Serviço.
20. Com base na competência Municipal, assinale a única alternativa que está em DESCOMPASSO com o texto da Constituição Federal e os Tribunais Superiores.
- A Constituição Estadual não pode estabelecer limite para o aumento de tributos municipais.
  - Os municípios têm competência para regular o horário de comércio local, desde que não infrinjam leis estaduais ou federais válidas.
  - A fixação de horário bancário, para atendimento ao público, é de competência da União.
  - Segundo o STF, é constitucional e não se confunde com a atividade-fim das instituições bancárias, lei municipal que disponha sobre o tempo de espera nas filas de atendimento das referidas instituições.
  - Os estados-membros não possuem competência para explorar nem regulamentar a prestação de serviços de transporte intermunicipal, por se tratar de matéria de interesse local.
21. Sobre a competência dos Municípios, assinale a alternativa INCORRETA.
- Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
  - Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.
  - Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil, de ensino fundamental e do médio.
  - Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
  - Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

22. A Medida Provisória está prevista no artigo 62 do Constituição Federal, sendo que o Presidente da República poderá adotá-la em caso de relevância e urgência, submetendo-a de imediato ao Congresso Nacional. No entanto, várias matérias foram retiradas do âmbito de competência das Medidas Provisórias. Dessa forma, aponte a alternativa que apresenta uma matéria possível de ser regulamentada por essa espécie normativa.
- Direito penal, processo penal e processo civil.
  - Organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.
  - Nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral.
  - Matéria tributária, desde que obedecidas as demais exigências constitucionais.
  - Matéria reservada à lei complementar.
23. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, EXCETO:
- a soberania;
  - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
  - a dignidade da pessoa humana;
  - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
  - o pluralismo político.
24. Quanto aos servidores públicos, assinale a alternativa INCORRETA.
- Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
  - São estáveis após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
  - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
  - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, o regime jurídico que melhor se adaptar às suas condições.
  - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
25. Sobre Processo Legislativo, aponte a alternativa INCORRETA.
- A sanção presidencial supre vício de iniciativa de uma lei.
  - A Constituição veda a delegação legislativa de aspectos relacionados à nacionalidade para o Presidente da República.
  - Um projeto de lei federal decorrente de iniciativa popular deve ser apresentado perante a Câmara dos Deputados, desde que preenchidos os requisitos constitucionais.
  - Os Estados podem editar medidas provisórias na respectiva esfera de competência legislativa, desde que haja previsão para tanto na respectiva constituição estadual.
  - Só pode haver a lei complementar, no sistema normativo brasileiro, quando formalmente for necessária a sua edição por norma constitucional explícita.
26. Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito é da competência de quem?
- Privativa da União.
  - Concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.
  - Dos Estados e do Distrito Federal apenas.
  - Dos Municípios apenas.
  - Comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

27. “Honesto Honestíssimo” foi eleito Deputado Federal. Antes de sua diplomação, foi instaurada uma ação penal acusando-o de corrupção passiva. Após a diplomação, mas antes da posse, o referido deputado comete outra infração penal, sendo preso em flagrante delito. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.
- a) Para o primeiro processo, a partir da diplomação o STF passa a ter competência para julgamento. Quanto à prisão por crime afiançável, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre ela.
  - b) Para o primeiro processo, a competência continua com a comarca de origem. Quanto à prisão, por se tratar de crime inafiançável, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre ela.
  - c) Para o primeiro processo, a partir da diplomação o STF passa a ter competência para julgamento. Quanto à prisão, por se tratar de crime inafiançável, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre ela.
  - d) Para o primeiro processo, a partir da diplomação o STF passa a ter competência para julgamento. Quanto à prisão, independente da natureza do crime, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, resolva sobre ela.
  - e) Para o primeiro processo, a partir da diplomação o STF passa a ter competência para julgamento. Quanto à prisão, mesmo se tratando de flagrante em crime inafiançável, Deputados não podem ser presos.
28. A Câmara reunir-se-á em sessão Legislativa Extraordinária em caso de urgência ou de interesse público relevante. Assim, dentre as alternativas abaixo, aponte a correta quanto à legitimidade de se realizar a convocação para tal sessão.
- a) O Prefeito não poderá realizar a convocação sob pena de interferência no Poder Legislativo Municipal.
  - b) Por requerimento de 1/3 dos membros da casa.
  - c) Por requerimento de um único Vereador, desde que pautado em interesse relevante para a Municipalidade.
  - d) Por requerimento da maioria absoluta dos membros da casa.
  - e) O Presidente da Câmara dependerá de requerimento da maioria absoluta dos membros da Casa.
29. Quanto às Comissões, assinale a alternativa INCORRETA.
- a) As Comissões de Inquérito, criadas mediante requerimento de um terço dos Vereadores, independentemente de parecer e deliberação do Plenário, destinam-se à apuração de fato determinado e por prazo certo.
  - b) As Comissões Temporárias se extinguem com o término da Legislatura ou logo que tenham alcançado o seu objetivo.
  - c) As Comissões Especiais, constituídas mediante requerimento aprovado pela maioria relativa, destinam-se ao estudo da reforma ou alteração do Regimento, ao estudo de problemas municipais e à tomada de posição, pela Câmara, em assuntos de reconhecida relevância.
  - d) À Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno.
  - e) Compete à Comissão de Educação, Cultura, Bem Estar Social e Ecologia, matéria que diga respeito ao ensino, ao patrimônio histórico e natural, à ciência, às artes, à saúde pública, à assistência social, à higiene e profilaxia sanitária, saneamento básico e ao controle da poluição ambiental.
30. Assinale a opção correta acerca dos benefícios fiscais.
- a) A concessão de isenção tributária individual não caracteriza renúncia de receita e a sua instituição, portanto, dispensa a adoção de medidas de compensação.
  - b) As isenções devem ser interpretadas extensivamente, pois sempre implicam renúncia de receita.
  - c) O Estado deverá observar diversas regras para a concessão de renúncia de receita, especialmente a que impõe que a concessão desse benefício seja acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e atenda ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - d) A concessão de qualquer benefício de natureza tributária depende somente de uma decisão política e da aprovação de lei específica que preveja tal medida.
  - e) A concessão de remissão de determinado tributo não se enquadra no conceito de renúncia de receita.

31. A Lei Orgânica do Município de Cambará prevê a possibilidade de iniciativa popular em projetos de lei apresentados na Câmara Municipal. Sobre esse tema, aponte a alternativa correta:
- a) Os projetos de iniciativa popular serão recebidos desde que contenham a identificação dos assinantes, mediante cópia do respectivo título eleitoral e outro documento de identificação, bem como a certidão expedida pelo órgão eleitoral competente, contendo a informação do número de eleitores do Município.
  - b) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, três por cento dos eleitores inscritos no Município, contendo assunto de interesse local, sem qualquer limitação de matéria.
  - c) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores inscritos no Município, contendo exclusivamente assunto de interesse social do Município, sendo vedado interesse de apenas um bairro ou comunidade.
  - d) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, três por cento dos eleitores inscritos no Município, contendo exclusivamente assunto de interesse de todo o Município, sendo vedado interesse de apenas um bairro ou comunidade.
  - e) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores inscritos no Município, contendo assunto de interesse específico, do Município, da cidade e de bairros, vedada, entretanto, sobre matéria de iniciativa do Prefeito ou da Câmara.
32. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Cambará, aponte a alternativa INCORRETA quanto aos Vereadores.
- a) Os vereadores não poderão, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, sociedade de economia mista ou empresa concessionária do serviço público, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes.
  - b) Os vereadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que gozem de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer funções remuneradas.
  - c) Os vereadores não poderão, desde a posse, ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo Federal, Estadual ou Municipal.
  - d) Os vereadores não poderão, desde a expedição do diploma, aceitar ou exercer o cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis "ad nutum", em pessoa jurídica de direito público, sociedade de economia mista ou empresa concessionária do serviço público, ressalvada a posse em virtude de concurso público.
  - e) Perderá o mandato o Vereador que deixar de residir no Município de Cambará.
33. Analise as afirmativas abaixo, com base na Lei n. 8.429/92.
- I. Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
  - II. Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
  - III. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores da administração direta, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie.
  - IV. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

Quantas afirmativas estão corretas?

- a) Apenas uma.
- b) Apenas duas.
- c) Apenas três
- d) Todas as quatro.
- e) Nenhuma delas.

34. Sobre o Plano Plurianual, assinale a alternativa INCORRETA.
- Os projetos de lei do plano plurianual serão enviados pelo Presidente da República ao Senado Federal, nos termos da lei complementar específica.
  - A Lei n. 11.653, de 7 de abril de 2008, institui o plano plurianual na esfera federal para o quadriênio 2008/2011 em cumprimento ao disposto no art. 168, § 1º, da Constituição Federal.
  - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
  - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
  - O plano plurianual (PPA) estabelece os projetos e os programas de longa duração do governo, definindo objetivos e metas da ação pública para um período de quatro anos.
35. Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aponte a alternativa INCORRETA.
- A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
  - Nos termos do art. 165, § 6º, da Constituição, o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
  - Nos termos do art. 165, § 6º, da Constituição, a lei orçamentária anual compreenderá: o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
  - Ainda deverá constar na Lei Orçamentária anual o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
  - A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, no entanto, poderá incluir proibição para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.
36. Assinale a alternativa que indica, respectivamente, a relação semântica estabelecida entre as orações pelo termo em destaque.
- A reunião tornou-se mais inflamada à medida que o tempo passava.
  - Entraremos em contato, desde que tudo fique esclarecido.
  - Voltarei para assinar o contrato, consoante o nosso acordo.
  - Não faltei à reunião, conquanto estivesse cansado.
  - Não vi mais o diretor, desde que ele viajou.
- tempo – causa – condição – consequência – explicação
  - proporcionalidade – condição – conformidade – concessão – tempo
  - proporcionalidade – causa – condição – concessão – causa
  - tempo – causa – consequência – explicação – concessão
  - proporcionalidade – tempo – conformidade – concessão – condição
37. Relacionando as formas verbais e os pronomes possessivos em destaque, apenas quais frases estão corretas?
- Entra logo no seu gabinete e escreva o que presenciou.
  - Entra logo no teu gabinete e escreve o que presenciaste.
  - Entre logo no teu gabinete e escreve o que presenciastes.
  - Entre logo no seu gabinete e escreva o que presenciou.
- I e II
  - I e III
  - II e III
  - II e IV
  - III e IV

38. Respectivamente, a forma plural das frases “Espera-se bom resultado” e “Acredita-se em qualquer pessoa” está em qual alternativa?
- “Esperam-se bons resultados” e “Acredita-se em quaisquer pessoas”.
  - “Espera-se bons resultados” e “Acreditam-se em quaisquer pessoas”.
  - “Esperam-se bom resultado” e “Acreditam-se em qualquer pessoas”.
  - “Esperam-se bons resultados” e “Acredita-se em qualquer pessoa”.
  - “Espera-se bons resultados” e “Acredita-se em quaisquer pessoas”.
39. Qual alternativa completa correta e respectivamente as lacunas das frases abaixo?
- Não \_\_\_\_\_ nem quarenta mil reais para equilibrar o orçamento.
  - Não \_\_\_\_\_ nem quarenta semanas que estou neste cargo.
  - Não \_\_\_\_\_ nem quarenta pessoas na sala de reunião
- faltam – fazem – havia
  - falta – fazem – haviam
  - faltam – faz – havia
  - faltam – fazem – haviam
  - falta – faz – havia
40. As lacunas da frase abaixo devem ser completadas correta e respectivamente com qual alternativa?  
“\_\_\_\_\_ essa \_\_\_\_\_ do governo brasileiro em ter uma cadeira permanente no \_\_\_\_\_ de segurança da ONU?”
- (Veja, Cartas, 19/01/2011)
- Por que – obsessão – concelho
  - Porque – obceção – conselio
  - Por que – obcessão – conselho
  - Porque – obsessão – conselho
  - Por que – obsessão – conselho